

## ***A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961***

*Jorge Ferreira\**

Agora não pergunto mais prá onde vai a estrada.  
Agora não espero mais aquela madrugada.  
Vai ser vai ser vai ter de ser vai ser faca amolada.  
O brilho cego de paixão e fé faca amolada.(...)  
Brilhar brilhar acontecer brilhar faca amolada.  
Irmão irmã irmã irmão de fé faca amolada.

(Mílton Nascimento e Ronaldo Bastos)

Na tarde de 27 de agosto de 1961, em Porto Alegre, o funcionário dos Correios e Telégrafos João Carlos Guaragna calibrava um receptor para radioamadores, um a mais, entre tantos outros. Com estranheza, João percebeu que, em uma das faixas do rádio, alguém transmitia mensagens em código morse - algo inusual para aqueles aparelhos. Com a vivência dos profissionais, não foi difícil perceber a ansiedade do operador, refletida nos toques cada vez mais nervosos. Ao descobrir que a origem da transmissão provinha do QG do III Exército, sediado em Porto Alegre, imediatamente João munuiu-se de um lápis e interceptou a mensagem do general Antônio Carlos Murici que, da capital do Estado, alertava o general Orlando Geisel, em Brasília:

“Comunico III Exército interceptou mensagem do Governador, endereçada ao Dr. Jango, oferecendo tropas do Rio Grande para serem enviadas via aérea para Brasília, a fim de garantir sua posse. Governador está armando o povo e provocando agitações no interior do Estado. (...) Devido forte tensão é possível que menor incidente desencadeie a guerra civil, com graves conseqüências. (...) Operações-repressão em condições de serem desencadeadas momento oportuno”<sup>1</sup>.

Assim, casualmente, João se deu conta de que o III Exército estava monitorando todas as comunicações do Palácio Piratini, sede do governo estadual.

---

\* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Agradeço a Celeste B. Zenha, Professora do Departamento de História da UFRJ, pelo cuidado com que leu e discutiu com o autor este trabalho. Agradeço igualmente aos pareceristas da *Tempo* pelas sugestões formuladas. Agradeço ainda a Carla F. Fioravanti, aluna do Departamento de História da UFF e bolsista de iniciação científica do CNPQ, pela colaboração inestimável na pesquisa documental.

<sup>1</sup> João Carlos Guaragna, “Um radioamador conta a sua história”, *Nós e a Legalidade. Depoimentos*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro/Editora Age, 1991, pp. 229-230. A citação seguinte é da mesma fonte.

Preocupado e temeroso, João ainda interceptou diversas outras mensagens trocadas entre os altos escalões do Exército. Ao anoitecer, uma delas, em especial, o angustiou. Da Guanabara, generais instruam o comandante do III Exército, general José Machado Lopes:

“(...) é necessário firmeza e energia do III Exército a fim não permitir que cresça a força do adversário potencial que tem todo o interesse em manter a ordem a fim de que o Sr. João Goulart assuma a Presidência”.

As mensagens eram graves e alarmantes. O bombardeio ao Piratini, inclusive, era uma ameaça real. Mesmo com a continuidade das transmissões em morse, ele saiu às ruas, já de madrugada, e correu até o Palácio. Por dentro dos portões de ferro e vidro, fechados e policiados, João avistou um amigo e, aos gritos, pediu-lhe que ficasse com os papéis e os entregasse a alguma autoridade.

Ao virar a meia-noite, a emoção misturada ao temor apoderaram-se das pessoas dentro do Palácio Piratini. O bombardeio parecia iminente. Duas horas e meia mais tarde, a cidade começou a ouvir o ranger das lagartas dos tanques. Do temor ao desespero, do desespero ao pânico, eis o clima nas dependências do Piratini. Tudo tinha que ser mobilizado para enfrentar os tanques do III Exército. A Brigada Militar instalou ninhos de metralhadoras no alto do Palácio e na Catedral Metropolitana. Funcionários, jornalistas e civis receberam revólveres e granadas. Populares dispostos à luta assumiram comando militar. Caminhões, jipes e carros oficiais foram amontoados em volta do Palácio para impedir a passagem dos tanques. Convivendo com tantas tensões, alguns sorriam, como disfarce emocional. Outros, mais controlados, despediam-se de suas mulheres e filhos. Em comum, a crença em algo impossível: metralhadoras enfrentando tanques, revólveres de pequeno calibre competindo com morteiros, civis desafiando militares profissionais.

Embora o rangido das lagartas continuasse a ser ouvido, os tanques não chegaram à Praça da Matriz. Mas o amanhecer do dia 28 continuou tenso, sobretudo pela espera do primeiro petardo. Às 10:30 horas, o nervosismo novamente invadiu os salões do Palácio. O serviço de rádio-escuta do governo estadual captou ordens do ministro da Guerra, Odilo Denys, para que a Força Aérea Brasileira (FAB) e o III Exército bombardeassem o Piratini. Ao mesmo tempo, o general Machado Lopes comunicou ao governador Leonel de Moura Brizola, que iria ao Palácio, conversar com ele pessoalmente<sup>2</sup>.

A tensão era muito grande. Milhares de pessoas, reunidas na Praça da Matriz, ansiavam por notícias mais precisas e, desorientadas, tentaram invadir o Palácio. As barricadas, no entanto, resistiram. Sentindo-se acuado e sem alternativas políticas, o governador acionou os microfones da Rede da Legalidade. Sentando-se à mesa de um estúdio improvisado, Brizola, com uma das mãos, segurou o microfone e, com a outra, uma metralhadora portátil. Ao seu redor, jornalistas e funcionários civis e militares corriam, de um lado para outro, com revólveres presos à cintura. Alguns poucos conseguiram manter a ponderação,

---

<sup>2</sup> *O Semanário*, n.º 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 6.

pedindo ao governador calma para receber o comandante do III Exército, embora fossem ouvidos com descrédito<sup>3</sup>.

Com a voz trêmula e embargada, o governador deu início a um emocionado discurso. Pedindo à população de Porto Alegre calma, serenidade e frieza, ressaltou a necessidade de se fecharem todas as escolas, resguardando as crianças. As pessoas, se achassem conveniente, poderiam ir ao trabalho. Ele, no entanto, ficaria no Palácio cercado por familiares e servidores civis e militares, com o apoio da Brigada Militar. Não eram muitos soldados para resistir, as armas eram poucas, mas ainda assim não sairia da sede do governo.

Segundo Brizola, o comandante do III Exército, Machado Lopes, solicitou-lhe uma audiência e estava a caminho do Palácio. Era possível, avisou o governador, que a visita do general fosse a de um amigo, que seria recebido com prazer e civilidade. Mas poderia também significar a comunicação de sua deposição do governo. Neste último caso, argumentou Brizola:

“(...) se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, conseqüências muito sérias. Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada (...). O certo porém é que não será silenciada sem balas”<sup>4</sup>.

Lembrando que, na noite anterior, o ministro da Guerra declarara no “Repórter Esso” que a posse ou o impedimento de Goulart na presidência da República significava a escolha entre o comunismo e a democracia, Brizola qualificou a declaração do general como “pueril”:

“Não nos encontramos neste dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. (...) Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa Pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria.”

Nos aeroportos de todo o país, continuou o governador, os aviões que chegavam do exterior eram vasculhados por tropas militares em busca de Goulart, para prendê-lo. As comunicações no Piratini eram monitoradas e todas as suas conversas sofriam interceptações. Embora sob forte pressão, Brizola não deixava de trocar impressões com Goulart. Naquele mesmo dia, por telefone, aconselhara-o a retornar imediatamente de Paris para o Brasil:

“A decisão é tua! Deves vir diretamente a Brasília, correr o risco e pagar para ver. Vem. Toma um dos teus filhos nos braços. Desce sem revólver na cintura, como um homem civilizado. Vem como para um País culto e politizado como é o Brasil e não como se viesse para uma republiqueta, onde dominem os caudilhos, as oligarquias que se consideram todo-poderosas.”

<sup>3</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, n° 803, 16 a 29 de novembro de 1961, Ed. Globo, p. 11.

<sup>4</sup> Citado em Joaquim Felizardo, *A legalidade. O último levante gaúcho*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1988, pp. 33-40. As citações que se seguem são da mesma fonte.

O ataque do governador, em seu discurso, voltou-se especialmente para o ministro Denys, o qual, ao lado dos ministros da Marinha, almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro Grun Möss, pretendiam romper com a ordem legal do país:

“Este homem está doente! Este homem está sofrendo de arterosclerose, ou outra coisa”.

Agindo como um desatinado, disse Brizola, Denys jogaria o país no caos. Sem respeito, a ordem política e social somente poderia ser imposta pela força, pela ditadura:

“Nas cidades do interior surgirão as guerrilhas para a defesa da honra e da dignidade, contra o que um louco e desatinado está querendo impor à família brasileira”.

Para comprovar a demência de Denys, Brizola leu as mensagens interceptadas pelo funcionário João, entregues no Palácio horas antes. Segundo o ministro da Guerra, Brizola era qualificado como o “inimigo potencial”. Mais ainda, uma força-tarefa da Marinha de Guerra navegava para o Rio Grande do Sul, enquanto a Aeronáutica e o III Exército receberam ordens para bombardear o Palácio Piratini.

No entanto, continuou, havia esperanças de se evitar o pior. Tudo dependia do general Machado Lopes, prestes a chegar ao Palácio e, particularmente, da “sargentada humilde”. Se eles não se intimidassem com os “atos de banditismo e vandalismo” de Denys, possivelmente o desfecho da crise seria outro. Por fim, Brizola conclamou a população da cidade a se concentrar diante do Palácio, protestando contra o desequilíbrio e a loucura do general. No entanto, se o ataque fosse consumado, que todos se refugiassem em suas casas. O governador, contudo, ficaria entrincheirado no Piratini até o fim:

“Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficaré o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória.”

Desafiando abertamente os ministros militares, Brizola concluiu:

“Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem estas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo!”

O discurso de Brizola, emocional e emocionado, foi a culminância de uma série de movimentações políticas, e sobretudo militares, iniciadas com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, em 25 de agosto de 1961. Com a ausência de João Goulart do país, em viagem ao exterior, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder. Submetendo-se aos grupos civis e militares mais conservadores, Mazzilli enviou mensagem ao Congresso Nacional comunicando que os três ministros militares manifestaram-lhe a “inconveniência” do regresso de Goulart ao Brasil. A crise política, portanto, estava deflagrada.

Entre os últimos dias de agosto e os primeiros de setembro de 1961, o país conheceu de perto a possibilidade da guerra civil. Dentre os vários projetos políticos que se apresentavam como alternativa de poder, e cuja concorrência somente aumentaria até o desfecho de março de 1964, dois se sobressaíram naqueles dias. Em um extremo, o governador trabalhista do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, representante da ala mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em outro, o líder direitista Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, que apoiou entusiasticamente a tentativa de golpe dos ministros militares.

Queremos, neste trabalho, recuperar o cotidiano da crise política que se abriu com a renúncia de Quadros e os embates entre o trabalhismo gaúcho e a *linha dura* das Forças Armadas conjugada ao lacerdismo carioca, projetos que surgiam, cada um deles, nos extremos do leque político do país. No entanto, é necessário ressaltar que o conflito assumiu, sobretudo, uma luta por bens simbólicos caros, senão vitais, à legitimidade do poder. As imagens que descrevem o “grande líder” e o “bem comum”, as qualidades do “bom cidadão” e do “militar patriótico”, entre outras, são, nos momentos de crise, disputadas pelos grupos adversários e em concorrência política. Raros e limitados, e por isso mesmo ambicionados, os bens de caráter simbólico, segundo Bronislaw Baczko, permitem não apenas o controle do poder, mas garantem que a autoridade política não se imponha apenas pela força, mas, sobretudo, pela legitimidade<sup>5</sup>. Ao produzirem e manejarem um sistema de representações que traduziam a “melhor” legitimidade do poder, a ordem social “mais” racional e os “verdadeiros” interesses da Nação, os adeptos da posse de Goulart e seus adversários desencadearam um duro combate pela apropriação dos bens simbólicos que garantiam a autoridade política, bem como a intensificação de imagens, crenças e idéias que descreviam o futuro, grandioso ou sombrio, da coletividade.

### ***O levante gaúcho***

Na manhã do dia 25 de agosto, Leonel Brizola, após certificar-se de que Jânio Quadros de fato renunciara e não, como supôs inicialmente, fora deposto por pressões militares, logo estabeleceu contatos com generais com comando de tropa. Do comandante do III Exército, José Machado Lopes, ouviu a afirmação: “Bom, bom, governador, eu não posso me definir assim. Sou soldado e fico com o Exército”. Do comandante do IV Exército, general Artur da Costa e Silva, o governador ouviu tão-somente improperios, devolvidos na mesma altura. A boa notícia, no entanto, veio do Rio de Janeiro, onde o marechal Henrique Teixeira Lott, reformado mas com grande prestígio político, distribuiu, na noite do dia 25, um manifesto à Nação. Segundo o texto, apesar de ter se esforçado para demover o ministro da Guerra de impedir a posse de Goulart, seus apelos, afirmou, foram inúteis. Assim, declarou Lott:

“(…) conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição, em preservação integral do regime

---

<sup>5</sup> Bronislaw Baczko. “Imaginação Social”, *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 301.

democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria”<sup>6</sup>.

Antes de ser preso, por ordens de Denys, Lott orientou Brizola a procurar alguns militares no Rio Grande do Sul que seriam favoráveis à saída legal para a crise, entre eles os coronéis Roberto Osório e Assis Brasil, o general Pery Belivácqua e o comandante da Primeira Divisão de Cavalaria, general Oromar Osório<sup>7</sup>. Ao final da tarde do mesmo dia, as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Milhares de pessoas protestaram na Praça da Matriz contra o golpe, outras, a favor de Jânio e a maioria defendeu a posse de Goulart. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul e o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade. No dia 26, o país amanheceu em estado de sítio não oficial e Mazzilli surgiu como preposto de uma junta militar.

O precário dispositivo militar e o entusiasmo popular em Porto Alegre, no entanto, eram insuficientes para garantir a posse de Goulart. Para sustar o golpe, não bastava mobilizar apenas o Rio Grande do Sul, mas, sim, o restante do país. Era preciso, por amplos meios de comunicação, disseminar idéias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as e incitando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala. Como lembra Georges Balandier, o poder, nas sociedades contemporâneas, não é associado a uma figura longínqua, moldada tão-somente na tradição, “mas a uma elaboração que dá aos responsáveis uma presença e um renome, fazendo-os personagens capazes de provocar a mais ampla adesão”<sup>8</sup>. Assim, no dia 27 de agosto, um grupo de choque da Guarda Civil invadiu os estúdios da rádio Guaíba, colocando-a à disposição da Secretaria de Segurança. Tratava-se de um último recurso, pois o governo federal, em manobra rápida, fechara as rádios Capital, Farroupilha e Difusora, por se atreverem a divulgar os manifestos de Brizola. A Guaíba, ainda em funcionamento, teve seus estúdios transferidos para o Palácio Piratini e seus transmissores, na Ilha da Pintada, passaram a ser vigiados por 200 homens da Brigada Militar<sup>9</sup>. Criou-se, desse modo, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, centralizando as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas.

Os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo. No pavilhão de exposições Mata-borrão, na esquina da avenida Borges de Medeiros com a rua Andrade Neves, cedido pelo governo estadual, foi instalado o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, órgão unificador de dezenas de outros comitês.

Inicialmente, centenas de pessoas, liderando inúmeros grupos de resistência, alojaram-se no Mata-borrão. As refeições eram doadas por armazéns, bares e restaurantes. A todo momento chegavam pessoas que, voluntariamente,

<sup>6</sup> *O Semanário*, n° 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 12.

<sup>7</sup> Norberto da Silveira, *Reportagem da legalidade - 1961/1991*, Porto Alegre, NS Assessoria em Comunicação Ltda., 1991, pp. 15-17; Joaquim Felizardo, op.cit., pp. 44-48.

<sup>8</sup> Georges Balandier. *O poder em cena*, Brasília, Editora da UNB, 1982, p. 64.

<sup>9</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 28-08-61, p. 32.

entregavam seus pequenos caminhões, automóveis ou motocicletas para formar a “frota da legalidade”. Um proprietário de uma rede de postos de gasolina entregou “vales” ao Comitê, permitindo que a frota fosse abastecida gratuitamente. Com o passar das horas, mais pessoas se inscreviam no Comitê do Mata-borrão. Calcula-se que, até a meia-noite do dia 30 de agosto, 45 mil voluntários tenham se apresentado. Embora armados com revólveres, não se têm notícias de incidentes entre os voluntários. Segundo Norberto da Silveira, até mesmo a criminalidade diminuiu naqueles dias, permitindo à Polícia Civil voltar sua atenção para a resistência política ao golpe.

As atitudes de solidariedade política ao governador foram inúmeras. Os donos do Hotel Aliado, na rua Voluntários da Pátria, colocaram o prédio à disposição do governo estadual, na eventualidade de transformá-lo em hospital, no caso de combates armados. Nos hospitais, sobravam auxiliares de enfermagem, sobretudo mulheres que se apresentavam espontaneamente. As geladeiras dos hospitais não davam conta do sangue doado por centenas de pessoas<sup>10</sup>.

A mobilização popular, no entanto, não se resumiu às movimentações no Mata-borrão. Além de centenas de comitês, formaram-se batalhões operários e populares que, armados, defendiam a cidade. Marchando pelas ruas de Porto Alegre, surgiam, a todo momento, batalhões de universitários, transviários, marítimos, ferroviários, escoteiros, bancários, artistas, intelectuais, secundaristas, enfermeiros, operários da construção civil, metalúrgicos, militares reformados, dos Centros de Tradições Gaúchas, entre outros. Um dos que mais chamou a atenção das pessoas foi o desfile, na avenida Borges de Medeiros, de mulheres provenientes das vilas populares. De aparência pobre, roupas humildes, algumas grávidas, elas marchavam, tal como soldados, com panelas e talheres nas mãos. Outros batalhões operários - como o do Comando Sindical Gaúcho Unificado, composto por transviários, estivadores, vigias portuários, taifeiros, foguistas e eletricitistas; o Praiano, formado por 3.100 homens filiados à União da Orla Marítima; e o Batalhão Tiradentes, com 300 voluntários que incluíam enfermeiros, telegrafistas e motoristas - defendiam partes estratégicas de Porto Alegre<sup>11</sup>.

Além de participar dos comitês de resistência e dos batalhões operários, a população também mobilizou-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Lado a lado, populares e soldados da Brigada Militar colaboravam na defesa do Palácio. Os constantes boatos e as notícias desencontradas sobre o iminente ataque do Exército e da FAB bastavam para que milhares de pessoas corressem ao Piratini. Em uma manhã, por exemplo, um boato impeliu os estudantes universitários a obstruírem as ruas próximas, utilizando os bancos da praça como barricadas. Em diversas ocasiões, estudantes e populares aproximavam-se do Palácio e, aos gritos, clamavam: “- armas para o povo, governador!”. Brizola aproximava-se de uma janela e apenas acenava, sem nada dizer<sup>12</sup>.

O interior gaúcho não ficou alheio à resistência política. Em Caxias do Sul, Sapucaia, Pelotas, São Leopoldo, Soledade, Passo Fundo, Carazinho e em muitas outras cidades foram fundados comitês com milhares de voluntários. Em Passo

<sup>10</sup>Norberto da Silveira, op. cit. 126-128; *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 31-08-1961, p. 18.

<sup>11</sup>Norberto da Silveira, op. cit. pp. 127 e 138.

<sup>12</sup>Moacyr Scliar, “Sem revólver nem guarda-chuva”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 150.

Fundo, Romeu Barleze, enviado pelo governador, encontrou o apoio de mais de mil habitantes da cidade, os quais, para impedir o transporte de tropas militares pela ferrovia, despejavam óleo nos trilhos. Nos aeroclubes do interior, “teco-tecos” patrulhavam as fronteiras do estado<sup>13</sup>. Em Nonoai, o prefeito, apreciador de filmes de faroeste, construiu armadilhas de pedras nas encostas dos morros, *know-how* adquirido com os índios norte-americanos. Em Soledade, os Centros de Tradições Gaúchas, na falta de armas de fogo, fabricaram grandes quantidades de lanças, boleadoras e arcos e flechas<sup>14</sup>. Em Sapucaia, mulheres, jovens e idosas, acompanhadas de crianças, organizaram uma procissão até o túmulo do padre João Batista Reus, em São Leopoldo. Portando imagens de Nossa Senhora e quadros santificados, elas caminharam oito quilômetros rezando e cantando músicas religiosas. No cemitério, descalças ou de joelhos, muitas chorando, as fiéis pediram a Deus que a crise política fosse superada sem mortes ou sofrimentos<sup>15</sup>.

A mobilização popular pela posse de Goulart aproximou até mesmo inimigos e adversários. O Partido Libertador, opositor intransigente a Brizola, abandonou momentaneamente as desavenças e apoiou o governador naqueles dias. Os dirigentes dos clubes Grêmio e Internacional, rivais históricos do futebol gaúcho, declararam, em documento conjunto, solidariedade a Brizola. Tanto católicos como umbandistas riograndenses manifestaram apoio à posse de Goulart<sup>16</sup>.

Embora diversos grupos sociais tenham se mobilizado privilegiando os discursos formais e os pensamentos organizados, todos logicamente construídos, uma outra dimensão no conjunto de crenças de que partilhavam, menos ordenada e racionalizada, como as imagens, os símbolos e os mitos, também contribuiu para o desejo e o entusiasmo de barrar o golpe planejado pelos ministros militares. O conjunto de representações produzido pela sociedade gaúcha, no entanto, não surgiu aleatoriamente, de maneira arbitrária e sem laços de continuidade com tradições mais longínquas. Ao contrário, a imaginação social das coletividades contemporâneas está ancorada em mitos arcaicos, antigos e tradicionais, que sobreviveram ao longo processo de dessacralização do mundo e que persistem no tempo presente.

A elaboração de imagens e crenças pela população do Rio Grande, na crise de 1961, não fugiu a essa regra. Um dos mitos que mais atuaram para a mobilização popular, e manejado exaustivamente e com êxito por Leonel Brizola, foi aquele que Raoul Girardet define como *complô demoníaco*. Segundo a narrativa do mito, em uma sociedade que se quer livre e autêntica, surgem, de maneira solerte e covarde, os homens do *complô*. Atuando nos bastidores e nas sombras, dissimulando seus perversos interesses e utilizando a deslealdade e a traição como métodos, o objetivo de seus membros é muito preciso: apoderar-se ilegitimamente do poder, inverter a ordem social e subjugar a sociedade. No entanto, os homens do *complô demoníaco*, sempre associados a imagens negativas,

<sup>13</sup> Romeu Barleze, “Teco-tecos, patrulas e forças de resistência”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit. p. 209.

<sup>14</sup> Norberto da Silveira, op. cit., p. 128.

<sup>15</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 02-09-1961, p. 10.

<sup>16</sup> *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op. cit., p. 140, e *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31-08-61, p. 4.



deparam-se, nos momentos decisivos, com o seu oposto: a santa conjuração. O mito político contemporâneo, assim, não se afasta das mitologias das sociedades tradicionais. “Se existe uma sombra ameaçadora”, diz Girardet, “existe também uma sombra tutelar”, os Filhos da Luz. Trata-se daqueles que não se intimidam e, utilizando das mesmas armas, formam uma organização anticoplô. Denunciados e postos à luz do dia, o Mal ganha nomes e rostos. A narrativa do mito do complô demoníaco, em diversas situações e temporalidades, diz Girardet, preenche uma função bastante determinada: ao medo de ser dominado por um grupo de malfeitores, sentimento gerador de temores, angústias e inquietações, segue-se a descoberta e o desmascaramento dos falsários, trazendo à sociedade a sensação de alívio e segurança, permitindo, ainda, a necessária coragem para lutar contra os inimigos<sup>17</sup>.

A população do Rio Grande do Sul viveu, naqueles dias, um momento muito particular de sua história política. Para explicarem e racionalizarem os acontecimentos, plenos de ameaças e perigos, diversos grupos sociais elaboraram representações em que sentimentos de identidade e de exclusão tornaram-se elementos constitutivos de um mesmo imaginário político. Ao lado da sensação de se verem excluídos - ou de se excluírem - de uma comunidade maior, como o próprio país, perceberam também a força simbólica que os unia, a crença de uma identidade própria e o mesmo destino que partilhavam. Surgiu, entre os vários segmentos da sociedade riograndense, a possibilidade de trabalharem simbolicamente o paradigma utópico, cujo primeiro movimento é o de “reivindicar o seu direito próprio a pensar, imaginar e criticar o social e, designadamente, o político”. A intensa participação política de grupos sociais organizados, o entusiasmo popular e a convicção dos ideais que defendiam permitiram à sociedade gaúcha imaginar-se como *auto-instituída*, ou seja, como uma reunião de indivíduos não submetidos a qualquer coação, interna ou externa, constituindo-se como “uma comunidade detentora de todo o poder sobre si própria”<sup>18</sup>.

Nem todos, no entanto, suportaram as naturais tensões provocadas pelas ameaças de um ataque bélico, sobretudo em Porto Alegre. Aulas suspensas, bancos fechados, batalhões operários nas ruas, boatos assustadores, insônia da população, entre outras situações, tensionavam as pessoas. O medo das conseqüências de uma guerra civil e dos bombardeios à cidade impeliu milhares de pessoas a abandonarem a capital e a fugirem para o interior. Enquanto normalmente cerca de três mil portoalegrenses viajavam para o interior nos finais de semana, naqueles dias aproximadamente dez mil deixaram Porto Alegre<sup>19</sup>.

### ***O guerreiro e o profeta***

A tensão no Palácio Piratini e na Praça da Matriz atingiu o auge quando, no dia 28 de agosto, logo após o emocionado discurso de Brizola, o general Machado Lopes, acompanhado de todos os generais do III Exército, entrou no Palácio. Atrás

<sup>17</sup> Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 16 e 53-60.

<sup>18</sup> Bronislaw Baczko. “Utopia”. , *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 344.

<sup>19</sup> *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op. cit., p. 154.

dele, na Praça da Matriz, a multidão, calculada em 100.000 pessoas, gritava compassadamente “Brizola”, “legalidade”, “resistência”. Esperava-se que o comandante, obedecendo ao ministro da Guerra, comunicasse ao governador a sua deposição. Brizola, em seu discurso desafiador, avisara que não se submeteria. O conflito armado, assim, parecia inevitável.

Porém, contrariando todas as expectativas, Machado Lopes rompeu com Denys e, entendendo-se com o governador gaúcho, concordou que a ordem legal deveria ser preservada, garantindo-se a posse de Goulart. A movimentação dos tanques pelas ruas de Porto Alegre, geradora de tantas tensões durante a madrugada, não visava atacar o Piratini, mas, sim, defender a cidade contra o destróier “Baependi”, ancorado no cais do porto sem motivos conhecidos<sup>20</sup>. Quando o procurador geral do estado do Rio Grande do Sul anunciou, pelos auto-falantes do Palácio, o resultado das conversações entre o governador e o comandante, uma grande emoção tomou conta da população aglomerada na Praça da Matriz. Entre gritos, risos e lágrimas, todos comemoraram com entusiasmo. A guerra civil, pelo menos naquelas horas, seria evitada. Em nota oficial distribuída à imprensa, Machado Lopes comunicou que

“deseja tranquilizar a população do Estado do Rio Grande do Sul, alertando-a de que o III Exército saberá manter a ordem legal e a defesa das instituições neste Estado bem como em todo o território que está sob sua jurisdição”<sup>21</sup>.

Segundo Norberto da Silveira, foi muito difícil para Machado Lopes rebelar-se contra seus superiores. Desconfiado dos civis, certo da superioridade da formação militar, mais submisso à hierarquia dos quartéis do que às leis do país, Lopes adquirira uma cultura que apontava, sobretudo, para a obediência. Certamente que a influência de militares como Oromar Osório, Pery Bevilacqua e Assis Brasil ajudou o comandante a superar suas dificuldades e hesitações<sup>22</sup>. Embora pressionado e arriscando sua carreira, Lopes manteve sua posição. Em represália, Odilo Denys destituiu-o do comando do III Exército e nomeou o general Osvaldo Cordeiro de Farias para o seu lugar. Além disso, convocou Lopes, juntamente com Bevilacqua e Osório, a se apresentar no Ministério no prazo de oito dias, sob o risco de ser considerado desertor. O comandante rebelado, em resposta, enviou um enérgico telegrama a Denys reafirmando seu respeito à Constituição e declarou, oficialmente, que se Cordeiro de Farias pisasse em solo gaúcho seria preso<sup>23</sup>.

Ao ignorar as ordens de Denys, o reconhecimento popular a Machado Lopes aumentou ainda mais. No dia 30 de agosto, cerca de 40.000 pessoas aglomeraram-se na Praça da Matriz para expressar o seu apoio ao governador e a gratidão ao comandante rebelado. Aplaudido demoradamente e ouvindo os manifestantes gritarem “Lopes” por diversas vezes, o velho general, acostumado ao comedimento dos quartéis, sensibilizou-se. Visivelmente emocionado, Machado Lopes evitou falar, reprimindo desse modo as lágrimas, algo sempre inconveniente para um militar. Compreendendo os constrangimentos do general, Brizola tomou a palavra

<sup>20</sup> *O Semanário*. n.º 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 6.

<sup>21</sup> *A Hora*. Citado em Norberto da Silveira, *op. cit.*, p. 168.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 105-109.

<sup>23</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 31-08-61, p. 5 e 30-08-61, p. 5.

e, em nome dos manifestantes, agradeceu ao comandante pela sua atitude corajosa. Nesse instante, porém, o locutor do Palácio anunciou que Carlos Lacerda teria renunciado ao cargo de governador do estado da Guanabara. A multidão, em coro, inicialmente comemorou gritando “Paredón!”, para, mais adiante, mudar novamente para “Lopes!”<sup>24</sup>.

O general Machado Lopes e o governador Leonel Brizola surgiram como personagens centrais nos episódios da crise de 1961, mas também se tornaram símbolos, personalidades emblemáticas. Ao se rebelarem contra os poderosos, o general e o governador fizeram suas *escolhas* e, por tal atitude, difícil e inusitada na política brasileira, perderam, na imaginação popular, sua condição profana, aquela do político ambicioso e particularista e a do militar elitista e reacionário. Quando se lançaram, com determinação e coragem, na luta contra os golpistas, ultrapassando a condição “normal” de homens públicos, as imagens que descreviam o “guerreiro patriota” e o “grande líder” se alteraram, alcançando uma nova dimensão ontológica: a da sacralidade. Como em um ritual de passagem “do âmbito profano para o sagrado, do efêmero e ilusório para a realidade e a eternidade, da morte para a vida, do homem para a divindade” (...), diz Mircea Eliade, “a existência profana e ilusória de ontem dá lugar a uma nova, a uma vida que é real, duradoura, eficiente”.<sup>25</sup> Escolhendo o “caminho difícil”, a “descida aos infernos”, *transpondo* os “rochedos que se tocam”, Lopes e Brizola adquiriram, na cultura política popular, uma nova modalidade de ser no mundo.

No entanto, foi o governador Leonel Brizola aquele que estabeleceu imagens e representações que traduziram anseios, impulsos, adesões e entusiasmos coletivos. Ao exprimir uma visão coerente e completa do destino histórico, ele transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem providencial, Guia, Salvador e, particularmente, Herói - mas não o herói da normalidade e, sim, o da exceção.<sup>26</sup> Segundo Aldo Pinto, líder estudantil que participou daqueles acontecimentos,

“o Brizola é um homem intuitivo por excelência, um homem que está anos à frente de todos nós, pela sua intuição, pela sua competência, pela sua sensibilidade. (...) O Brizola era moço, ousado. Era um homem que não tinha medo de absolutamente nada”<sup>27</sup>.

Quando as representações sobre um líder político alcançam uma amplitude coletiva como essa, surge, para Girardet, a combinação de imagens, imbricadas muitas vezes, culminando em um processo de heroificação de sua personalidade. Dos quatro modelos de heróis sugeridos pelo autor, Brizola encontrou no “arquetipo do profeta”, Moisés, a sua mais completa identificação no imaginário coletivo daqueles dias - e que se estenderia ao longo de sua carreira política. “Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não vêem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo

<sup>24</sup> *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op. cit., pp. 109-111.

<sup>25</sup> Mircea Eliade. *Mito do eterno retorno*, São Paulo, Mercuryo, 1992, p. 27.

<sup>26</sup> Raoul Girardet. Op. cit., p. 70.

<sup>27</sup> Aldo Pinto. “Os estudantes na legalidade”, *Nós e a Legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 49.

pelos caminhos do futuro”.<sup>28</sup> Carregando, em si mesmo, todo o passado da coletividade, as representações do líder profético afirmam a identificação de seu destino pessoal com o destino de toda a sociedade: “Eu tenho as virtudes e os defeitos de meu povo”, disse Brizola naqueles dias<sup>29</sup>. Agindo pelo Verbo, dialogando com a coletividade, o arquétipo do profeta não surge necessariamente como seu representante, mas como sua própria encarnação.

Seja como for, com a adesão de Machado Lopes à causa da legalidade, à organização de resistência civil somou-se a militar. Constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todos sob o comando de Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40.000 homens. Somados aos 13.000 da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares<sup>30</sup>.

A rebelião militar alastrou-se pelo país. Inúmeros oficiais, em outros estados, acompanharam Machado Lopes em sua difícil decisão. O comandante da V Zona Militar, no Pará, general Benjamin Galhardo, declarou sua obediência à Constituição e ao III Exército; o coronel Luna Pedroso, comandante do 11º RI, em São João del Rey, aderiu à causa da legalidade; em São Paulo, 20 oficiais do CPOR apresentaram-se como prisioneiros ao comandante do II Exército, declarando-se rebeldes; o comandante da FAB, em Belém, coronel Fausto Oerp, insurgiu-se contra o comandante militar da Amazônia; um grande número de oficiais, da ativa e da reserva, abandonaram seus estados e rumaram para Porto Alegre, apresentando-se a Machado Lopes<sup>31</sup>.

No entanto, foram os sargentos, sobretudo os da FAB, aqueles que tomaram as atitudes mais incisivas para evitar a deflagração da guerra civil. Na base aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, o comandante permaneceu fiel aos ministros militares, junto dos oficiais-aviadores. Dispondo dos modernos jatos ingleses *Gloster Meteor*, de duas turbinas e alto poder de fogo, a ordem de Brasília era a de decolagem imediata para o bombardeio do Piratini. Os sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada do pilotos. Mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões. O comandante e os pilotos, embora contrariados, decolaram em um avião de passageiros para fora do estado<sup>32</sup>. Como alternativa, os ministros militares recorreram a outra base aérea. Por falta de informações mais precisas, não se sabe a exata localização da base. No entanto, ela dispunha de uma frota de aparelhos P-15, os “Netunos”, aeronaves caça-submarinos, equipadas com um torpedo, foguetes e duas torres de metralhadoras, com autonomia de voo de 28 horas - indicando, assim, estar muito

<sup>28</sup> Os outros modelos, segundo Girardet, são Cincinato, símbolo da experiência, prudência e moderação, Sólon, o legislador, e Alexandre, representação da conquista e da aventura. Ver a esse respeito o capítulo “O Salvador”, p. 78.

<sup>29</sup> Geraldo Stédile, “O medo do medo”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 94.

<sup>30</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 30-08-61, p. 15 e *O Semanário*, n° 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 8.

<sup>31</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 02-09-61, p. 6; *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op. cit., pp. 193-194.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 222.

ao norte do Rio Grande do Sul. Os sargentos, assustados com as ordens, cortaram alguns fios dos aviões e desligaram outros. Sabendo que isso pouco adiantava, instalaram ninhos de metralhadoras na cabeceira da pista, com o objetivo de danificar os pneus dos aviões durante a decolagem. Os “Netunos”, no entanto, não decolaram<sup>33</sup>.

### ***Um incendiário no Rio de Janeiro***

No dia 28 de agosto, enquanto Brizola pronunciava seu discurso de desafio aos ministros militares, o jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador Carlos Lacerda, publicou na primeira página: “Denys, agora é escolher: comunismo ou democracia”<sup>34</sup>.

Segundo o texto de Lacerda, a paz e a tranqüilidade dos brasileiros não poderiam ficar sujeitas a provocadores como Leonel Brizola, que, sob qualquer pretexto, incentivavam desordens. Insistindo que, em todo o país, a situação era da mais absoluta calma, a população atendera aos apelos das autoridades, embora não faltassem agitadores que, como sempre, agiam com má-fé. Para Lacerda, não se poderia usufruir da liberdade para destruí-la, transformando o Brasil em uma nação de escravos, de um só partido, de um só homem, de uma só idéia. Defender a liberdade, repudiar o comunismo, evitar a desordem e o caos e impedir que irmão lutasse contra irmão seria o dever de todos. As Forças Armadas, disse Lacerda, decidiram lutar contra os inimigos da liberdade. Portanto, “temos o dever de ajudá-las e garantir, para sempre, a liberdade e a paz entre irmãos”<sup>35</sup>.

Ainda nesse mesmo dia, o jornal do governador publicou instruções para o comportamento da população do Rio de Janeiro:

#### **“NÃO (RECEITA DE BOM CIDADÃO)**

Para sua segurança nestes dias, em que baderneiros aproveitam-se das circunstâncias para agitar as ruas, siga estas regras:

- 1 - não ande sem documentos;
- 2 - sempre que qualquer autoridade pedir, identifique-se;
- 3 - obedeça sem discutir qualquer ordem da Polícia;
- 4 - não pare para apreciar badernas na rua;
- 5 - não aceite e não guarde qualquer tipo de ‘proclamação’;
- 6 - não corra nas ruas à-tôa;
- 7 - não participe de grupinhos e aglomerações;
- 8 - não discuta nas esquinas, principalmente política;
- 9 - não ande armado;
- 10 - não seja curioso.”

As imagens de ordem, tranqüilidade, paz social e união de brasileiros obedientes às Forças Armadas, entretanto, não correspondiam ao que ocorria nas ruas do Rio de Janeiro. Logo no dia 25, com a notícia da renúncia de Jânio, populares se aglomeraram na Cinelândia diante do busto de Getúlio Vargas e, ali mesmo, realizaram um ato de protesto. Choques da Polícia Militar, agentes da Delegacia de Vigilância e turmas do Departamento de Polícia Política e Social

<sup>33</sup> Norberto da Silveira, “Sargentos heróicos”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., pp. 161-163.

<sup>34</sup> *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 28-08-61, pp. 1 e 7.

<sup>35</sup> Idem, 29-08-61, pp. 1-2.

(DPPS) dispersaram o povo a golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Nos dois dias seguintes, as manifestações continuaram e, diante da desobediência da população, que insistia em protestar contra o golpe, os policiais acionaram as metralhadoras, atingindo várias pessoas. Em pânico, muitos correram, sem saber para onde. As casas comerciais, os cinemas e os teatros serviram de abrigo e refúgio para centenas de manifestantes. No entanto, os policiais, ainda assim, entraram nos cinemas Capitólio e Império e jogaram bombas de gás. O desespero popular aumentou ainda mais. Logo que os policiais se ausentaram, os manifestantes, revoltados, retornaram à Cinelândia. Após quebrarem as lâmpadas das ruas e os vidros de alguns prédios e lojas, acenderam uma fogueira diante do busto de Vargas<sup>36</sup>.

No dia 28, à noite, os distúrbios voltaram a ocorrer, pelo quarto dia consecutivo. Com a aglomeração popular na Cinelândia, agentes do DPPS e da Polícia Militar novamente investiram com bombas de gás e tiros, efetuando 20 prisões. Duas pessoas saíram feridas, uma com a perna quebrada e a outra com graves ferimentos no rosto. No dia seguinte, a polícia, incapaz de impedir que a população tomasse a praça, passou a prender arbitrariamente as pessoas: Jaime Furtado foi detido ao entrar em um cinema; o mecânico Nilo da Silva e o estudante Carlos Eiras tiveram o mesmo destino; o motorista do ônibus Cascadura-Lapa foi arrancado do veículo, espancado e preso porque não obedeceu à ordem policial de acelerar, mesmo argumentando que havia um automóvel à sua frente. Todos foram levados para lugar ignorado. Quando alguém era preso, os manifestantes, em protesto, cantavam o Hino Nacional e davam vivas ao marechal Lott, a João Goulart, ao Exército e à democracia<sup>37</sup>.

No Rio de Janeiro, diversos sindicatos - como os dos alfaiates, bancários, mestres arrais, marceneiros, gráficos, ferroviários, metalúrgicos e radiotelegrafistas - foram invadidos pela polícia, fechados e seus líderes presos<sup>38</sup>. A diretoria do Sindicato dos Aeronautas, em conjunto com outros líderes de trabalhadores, conseguiu “habeas-corpus”, acautelando-se contra as prisões arbitrárias<sup>39</sup>. Mesmo assim, e desconhecendo o documento judicial, foram presos os diretores dos sindicatos dos Ferroviários, dos Professores, dos Foguistas da Marinha Mercante e dos Metalúrgicos.

Não satisfeito, Lacerda impôs severa censura aos meios de comunicação do estado. Ainda no dia 25 de agosto, grupos de policiais invadiram a rádio Guanabara e depredaram seus transmissores. Logo depois, com a leitura do manifesto do marechal Lott pela rádio Continental, a polícia passou a controlar e a censurar todas as emissoras da cidade. O chefe da polícia, sob as ordens de Lacerda, praticou, abertamente, a censura telefônica, telegráfica e radiotelegráfica no estado da Guanabara.

À exceção dos sindicatos, a instituição que mais sofreu com a violência da polícia carioca foi a imprensa. A primeira vítima foi o *Diário Carioca* por se atrever a publicar o manifesto do marechal Lott. No dia 26, toda a edição foi

<sup>36</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29-08-61, p. 5.

<sup>37</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29-08-61, p. 3 e 30-08-61, p. 2.

<sup>38</sup> *Idem*, 30-08-61, p. 2.

<sup>39</sup> *Idem*, 01-09-61, p. 2.

recolhida pelos policiais. No dia seguinte, as forças de repressão invadiram e interditaram as oficinas de *Última Hora* e apreenderam as edições do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e *Gazeta da Noite*. As redações de *A Notícia* também foram ocupadas. O único jornal livre da censura foi *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador.

A cidade foi tomada pelas forças militares, com a anuência ou não de Lacerda. A Aeronáutica apoderou-se dos aeroportos, da Praça 15 e da Casa da Moeda; a Marinha invadiu o Cais do Porto, a Praça Mauá, o Arsenal de Marinha e toda a orla marítima; o Exército e a Polícia Militar passaram a vigiar as estações de trens, as redações dos jornais e as embaixadas<sup>40</sup>.

A Guanabara, portanto, conheceu a mais dura repressão, afirma Argelina Figueiredo. Em desacordo com amplos e majoritários setores da sociedade brasileira que defendiam a legalidade democrática, e até contra seu próprio partido, a UDN, Lacerda foi a única “liderança política expressiva a sustentar, e mesmo a incitar, a intervenção militar”.<sup>41</sup>

### *O espaço sagrado e o Centro do Mundo*

Para Raoul Girardet, “os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito (...) dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais”.<sup>42</sup> Insistindo no tema da ordem e da legalidade constitucional, o governador gaúcho resgatou mitos, de origem remota, mas que ainda povoam a imaginação das coletividades do presente. Em um de seus discursos na Rede da Legalidade, em certo momento ele declarou que sua atitude não era de revolução, mas, sim, de resistência democrática: “Aqui nos encontramos nessa barricada, **nossa terra** que é a própria **capital da legalidade(...)**”<sup>43</sup> (grifos nossos).

Deixemos de lado as interpretações que exaltam o passado e as tradições de luta pela liberdade da população gaúcha para explicar o levante riograndense. Mais interessante para o nosso objetivo é perceber, na crise política de 1961, a eleição do Rio Grande do Sul e, em especial, de Porto Alegre como lugares absolutamente diferentes de outras regiões e estados da federação. Sabemos, através de Mircea Eliade, que uma existência profana e destituída de experiências religiosas não se encontra em qualquer sociedade, antiga ou contemporânea. Embora muitos optem por uma vida isenta de religiosidade, o comportamento mediado pelas relações com o sagrado nunca é abolido totalmente. É na distinção entre aquilo que é *sagrado* e aquilo que é *profano* que se manifesta a dimensão religiosa no homem, seja ele arcaico, antigo ou moderno<sup>44</sup>.

Para este homem, portanto, o espaço geográfico não é homogêneo e linear. Sua percepção espacial inclui divisões, roturas e porções qualitativamente diferentes. É na oposição entre o espaço sagrado, o único que realmente existe, e

<sup>40</sup> *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 29-08-61, p. 6.

<sup>41</sup> Argelina Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 42.

<sup>42</sup> Raoul Girardet, Op. cit., p. 15.

<sup>43</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31-08-61, p. 4.

<sup>44</sup> Mircea Eliade. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*, Lisboa, Edições “Livros do Brasil”, s/d.

o espaço profano, todo o resto tomado pelo caos e pela desordem, que ele encontra a orientação para definir sua própria existência. Sobretudo nos momentos de graves conflitos, como as crises políticas, sociais ou bélicas, a revelação do espaço sagrado permite a necessária orientação para enfrentar uma realidade incompreensível, adversa e ameaçadora. “É nos ‘períodos críticos’”, diz Girardet, “que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração”.<sup>45</sup> Diversos são os depoimentos de gaúchos e portoalegrenses que, naqueles dias difíceis, vivenciaram, simbolicamente, uma ruptura espacial de nível ontológico. A taquígrafa Nydia Guimarães lembra que

“não se pode transmitir para aqueles que não a viveram como era o ambiente, o clima, o que a gente sentia, de empolgação total. Uma coisa linda! (...) Era uma coisa tão bonita ver aqueles batalhões na rua, fazendo ordem unida, aprendendo a marchar, aprendendo a lidar com armas. Tinha gente de todas as idades, em toda parte. O pessoal que vinha do interior, montado a cavalo, lá na Praça da Matriz, se colocando às ordens do Governador... Foi impressionante isso”<sup>46</sup>.

Para ordenar um mundo que parecia querer se inverter e, portanto, tornar-se estranho, anômalo e hostil, a população do Rio Grande do Sul, mobilizada, insurgiu-se contra os ministros militares. Resgatando o patrimônio mítico das antigas sociedades, difundiram-se imagens que contrapunham o “cosmos”, um mundo inteligível e organizado - o “nosso mundo” -, ao “caos”, um lugar exterior, desconhecido e indeterminado, uma espécie de “outro mundo”, confuso e destituído de sentido. O Rio Grande do Sul era representado sobretudo como o “verdadeiro mundo”, porque surgia como um “cosmos” que se queria organizado. Segundo Eliade, “todo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência”<sup>47</sup>. Se o estado do Rio Grande do Sul foi percebido por sua população como um espaço sagrado, a Praça da Matriz, em Porto Alegre, representou o seu eixo, o ponto fixo, o Centro do Mundo. São vários os depoimentos que transformaram a praça em um núcleo, em um ponto central a partir do qual o “cosmos” se estruturava e se contrapunha ao “caos”. A assistente social Maria Vieira diz que

“o povo acorreu à Praça da Matriz, que se transformou numa praça de guerra. (...) A Praça da Matriz era uma trincheira. Gaúchos, com seus trajes típicos, ali acamparam com a multidão. Aguardavam ordens noite e dia. Permaneciam atentos à divulgação de notícias; ouviam os manifestos revolucionários que a Rádio da Legalidade levava ao ar”<sup>48</sup>.

Espaço sagrado e Centro do Mundo, estado e capital mostravam uma realidade absoluta, *verdadeira*, pois sua população afirmava valores politicamente legítimos e lutava por eles: lei, ordem, constituição, legalidade, liberdade, democracia, entre diversos outros.

<sup>45</sup> Raoul Girardet, Op. cit., p. 180.

<sup>46</sup> Nydia Guimarães, “O tanque das cinco e outras histórias”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, pp. 170-171.

<sup>47</sup> Mircea Eliade. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*, São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 35.

<sup>48</sup> Maria Flor Vieira, “Sonho de uma noite de inverno”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 139.



Sobrevivendo ao processo de dessacralização do mundo, as antigas representações que opunham o espaço sagrado ao espaço profano, o “cosmos” em oposição ao “caos”, ataçaram a imaginação de muitos, até mesmo dos mais ardorosos adversários do governador gaúcho. “O mito”, diz Girardet, “só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente”.<sup>49</sup> Marino Boeira, na época um estudante com 20 anos de idade e adepto das teorias revolucionárias, costumava chacotear o governador, qualificando seus discursos, na Rede da Legalidade, como “populismo radical”. No entanto, o discurso do dia 28, de desafio aberto aos ministros militares, despertou na imaginação do jovem antigas representações que dividiam o mundo em espaços simbolicamente antagônicos:

“Naquele dia eu fiquei com um nó na garganta e a voz embargada ao ouvir o Brizola pelo rádio. Como milhares de outros, eu fui também para a frente do Palácio Piratini para defender a justiça da nossa causa. Como esses milhares, eu também tinha muito claro na cabeça que havia um lado certo e um lado errado. Que havia heróis e vilões”.<sup>50</sup>

De maneira similar ao homem tradicional, o espaço sagrado não é “escolhido” pelo homem moderno, mas, tão-somente, “descoberto” por ele. De alguma maneira, trata-se sempre de uma “revelação”. Em muitas situações, como a ameaça de invasão por forças exteriores ao seu território, o sagrado se mostra ao homem com grande vigor. A cidade levanta suas defesas, sem dúvida militares, mas sobretudo simbólicas. Há de se defender o mundo cosmicizado e provido de Centro dos inimigos que trazem o caos, a desordem e o desconhecido.<sup>51</sup>

No entanto, não há espaço sagrado sem espaço profano. Na imaginação política riograndense daqueles dias de crise, se os ministros militares *queriam* profanar e, portanto, caotizar o país, uma região, contudo, já havia sido profanada, transformada em terra estrangeira e destituída de sentido: o estado da Guanabara. No dia 26 de agosto, Brizola, antes mesmo de formar a Rede Radiofônica da Legalidade, recorreu inicialmente à televisão mostrando jornais do estado da Guanabara repletos de espaços em branco, resultado da censura imposta pelo governador Carlos Lacerda. Trabalhando com imagens antagônicas, contrapondo o Rio Grande do Sul livre ao resto do país, e particularmente a Guanabara, submetido ao arbítrio, as imagens da TV Piratini repercutiram com grande impacto.<sup>52</sup>

Repressão às manifestações populares, invasão de sindicatos e prisão de seus dirigentes, censura à imprensa e às rádios, estado de sítio de fato, desconhecimento das decisões e das garantias judiciais, invasão do espaço público por forças das três armas, arbítrio policial e apoio ostensivo do governador às pretensões dos três ministros militares, tudo isso permitiu a eleição da Guanabara como o lugar de terra estrangeira, caótica, um lugar que deixou de ser *mundo*, perdendo sua orientação e, portanto, seu próprio Centro: “No Rio de Janeiro”,

<sup>49</sup> Raoul Girardet, op.cit., p. 23.

<sup>50</sup> Marino Boeira, “A última utopia”. *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 146.

<sup>51</sup> Mircea Eliade. *Tratado de história das religiões*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, pp. 297 e 199.

<sup>52</sup> Norberto da Silveira, op. cit., p. 205.

dizia Brizola, “não há liberdade. Lá existe um regime cruel e odioso de policialismo”<sup>53</sup>.

As declarações do governador, como vimos anteriormente, não eram formuladas no vazio. Diante de uma sociedade temerosa com a crise política, os bens simbólicos que garantiam a legitimidade do poder e, sobretudo, o ideal de liberdade da nação, objeto de conflito e disputa naquele momento, pendiam cada vez mais para o governador gaúcho, cativando a opinião pública, em detrimento dos ministros militares e do governador Carlos Lacerda. No dia 3 de setembro, cerca de três a quatro centenas de jornalistas e locutores que se apresentaram como voluntários na Rede da Legalidade lançaram um manifesto ao país. Declarando que não eram filiados a qualquer partido político e ali estavam espontaneamente, exortaram seus colegas do Rio de Janeiro, São Paulo e de outros estados a se revoltarem contra a censura:

“Se vossos artigos são censurados, se a censura ditatorial de alguns loucos e mal formados manda vossos artigos para a censura, se vossas penas sofrem por terem que escrever artigos sob medida, que convenham aos antidemocratas que procuram rasgar a constituição por meio do golpe - mandai vossos artigos para a Rede Nacional da Legalidade. Nós aqui os transmitiremos aos quatro cantos do país e podereis comprovar que no sul reina a mais completa liberdade de imprensa”<sup>54</sup>.

Embora o homem moderno e dessacralizado insista em repudiar as antigas tradições das sociedades do passado, a imaginação política contemporânea está repleta de mitos que nossos antepassados nos herdaram. Se a *Terra-sem-mal*, mito presente em inúmeros povos do passado, foi o recurso utilizado pelos gaúchos para descrever o Rio Grande do Sul, um outro mito, também antigo, mas igualmente presente na atualidade, atuou como contraponto para sustentar a imaginação política da crise de 1961: o *Mundo-às-avessas*<sup>55</sup>. Trabalhando com dicotomias, o esquema do *Mundo-às-avessas*, naqueles dias, era descrito a partir de idéias-imagens que contrapunham justiça e injustiça, liberdade e tirania, legalidade e arbítrio, participação popular e repressão policial, democracia e ditadura, livre expressão e censura, direitos dos trabalhadores e perseguição aos sindicalistas, entre outros. Em oposição ao “cosmos” gaúcho, espaço sagrado inteligível e verdadeiro, porque instituído de sentido, surgia o “caos” carioca, lugar privilegiado do *Mundo-às-avessas*, que representava um lugar irreconhecível, porque desorganizado e carente de legitimidade e liberdade.

Reinterpretando a crise vivida pelos mitos das antigas sociedades, a sensibilidade política naqueles dias projetava a oposição entre o “cosmos”, o *nosso mundo*, que incluíam o Rio Grande do Sul e um país que se queria livre, embora ameaçado pelos ministros militares, e o estado da Guanabara, um espaço desconhecido, indeterminado, algo que não era um “cosmos”, que deixou de ser “mundo”, lugar da irracionalidade, do “caos”, governado por demônios que oprimiam seus habitantes.

### ***O país indignado***

<sup>53</sup> *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op. cit., p. 73.

<sup>54</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 04-09-61, 2ª edição, p. 19.

<sup>55</sup> Bronislaw Baczko, “Utopia”, op. cit., 1985.

A mobilização popular no Rio Grande do Sul, a adesão do III Exército à solução legal para a crise e, particularmente, as ondas curtas da Rede da Legalidade, alcançando todo o país e o exterior, sensibilizaram o conjunto da sociedade brasileira, alterando a correlação de forças entre o governador gaúcho e os ministros militares. A partir do dia 28 de agosto, o impedimento de Goulart não seria tão fácil.

No estado do Rio de Janeiro, tanto na capital, Niterói, como em diversas cidades do interior, trabalhadores dos transportes, das salinas, dos estaleiros e da construção civil, além de ferroviários, metalúrgicos e vidreiros, declararam-se em greve, reagindo contra o golpe. Um homem não identificado protestou nas ruas centrais de Niterói. Diante das chacotas populares que o descreviam como o “índio niteroiense”, ele, antes de ser detido, respondeu: “É assim que vai ficar o povo brasileiro quando fôr rasgada a Constituição”<sup>56</sup>.

Em São Paulo, diversos setores da sociedade mobilizaram-se. Muitos estudantes universitários entraram em greve, enquanto 4.000 funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana decidiram paralisar os transportes se o golpe militar fosse consumado. O prefeito da capital, Prestes Maia, declarou-se pela legalidade constitucional<sup>57</sup>. Em Minas Gerais, a Federação da Juventude Operária Católica reafirmou a defesa da Constituição, assim como os estudantes da faculdade de direito de Belo Horizonte. No Paraná, 1.200 pessoas se inscreveram como voluntários no Comitê de Arregimentação Democrática, instalado na prefeitura de Curitiba.

Embora os clamores do governador do Rio Grande do Sul pela posse de Goulart tivessem encontrado ressonância em todo o país, somente o governador de Goiás, Mauro Borges, acompanhou Brizola na resistência frontal aos ministros militares. Declarando que a lei do país emana do povo, e não da força das armas de Denys, Borges ameaçou: “se não for respeitada a democracia, distribuirei armas ao povo e marcharei sobre Brasília”<sup>58</sup>.

Como Porto Alegre, Goiânia, naqueles dias, transformou-se em cidade rebelada. O Palácio das Esmeraldas foi cercado por barricadas e ninhos de metralhadoras, fortemente resguardado pela Polícia Militar. Por iniciativa do governador, instituiu-se o “Exército da Legalidade”, composto por estudantes e populares que, armados e uniformizados, patrulhavam a cidade. Afinado com Brizola, Borges garantiu estar em condições de oferecer a Goulart toda a segurança para transitar de Goiânia a Brasília, se assim fosse a sua vontade.

Líderes políticos de expressão manifestaram-se contra a tentativa de golpe. Da tribuna do Senado Federal, o pessedista e ex-presidente Juscelino Kubitschek discursou pedindo “ao ministro da Guerra que não insista em se opor à lei e à vontade do povo, colocando em oposição Forças Armadas e Nação”<sup>59</sup>.

O deputado udenista Adauto Lúcio Cardoso pronunciou-se na Câmara dos Deputados pedindo o impedimento de Ranieri Mazzilli e dos ministros militares por crime de responsabilidade, de acordo com a lei nº 1.079, artigo 13, item I. Os

<sup>56</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29-08-61, p. 2; 30-08-61, p. 3 e 31-08-61, p. 3.

<sup>57</sup> *Idem*, 31-08-61, p. 4.

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 3-4.

<sup>59</sup> *O Semanário*, nº 278, 26 de setembro a 2 de outubro de 1961, p. 34.

quatro, segundo Cardoso, tentavam mudar o governo e a Constituição pela violência e impedir o livre funcionamento do Poder Executivo, constringendo o vice João Goulart de assumir livremente o poder<sup>60</sup>.

Em todas as partes do país surgiam manifestações de apoio à posse de Goulart, sobretudo por meio de greves de trabalhadores. Além de lideranças políticas e sindicais, outros setores sociais, como a Igreja, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, repudiaram a atitude dos ministros militares.<sup>61</sup> Muitos arriscaram sua própria segurança individual para assegurar a posse de Goulart. Wilson Vargas, um dos fundadores do PTB e homem de confiança de Brizola, relata que o presidente da Varig adaptou aviões com autonomia para voar de Porto Alegre a Goiânia sem escalas com o objetivo de levar armas e munições ao governador Mauro Borges. Alguns deputados do PTB, como Ruy Ramos, tinham o apoio de muitos homens da Guarda Especial de Brasília e, com eles, tramaram tomar o Congresso Nacional pela força<sup>62</sup>.

Na interpretação de Argelina Figueiredo, o objetivo dos ministros militares era aglutinar apoio político para “um golpe de baixo custo”, pressionando o Congresso a votar o impedimento de Goulart. Os partidos políticos, porém, não aceitaram o golpe. Dentro e fora do Congresso, formou-se uma ampla coalizão visando a preservação da legalidade e da ordem democrática, incluindo tanto grupos de esquerda e nacionalistas quanto conservadores. No entanto, se os primeiros se batiam pela posse imediata de Goulart no regime presidencialista, os segundos, que incluíam as forças conservadoras da UDN e do PSD, com o apoio da ala legalista das Forças Armadas, conduziram as negociações que desembocariam no parlamentarismo.<sup>63</sup>

Com a resistência dos partidos em votarem o impedimento de Goulart, Odílio Denys, Sylvio Heck e Grun Möss, no dia 30 de agosto, reagiram com um “manifesto à Nação”, cujo objetivo era o de intimidar o Congresso. Assumindo a responsabilidade de manter a lei, a ordem e as instituições democráticas, eles reafirmaram a absoluta inconveniência do retorno de Goulart ao país. Embora garantissem estar resignados com as intrigas, as falsas acusações e as distorções mais despudoradas, mentirosamente formuladas pelos inimigos do regime democrático, agora era o momento de denunciar o caráter deletério de Goulart. Segundo os três ministros, tanto no Ministério do Trabalho quanto na vice-presidência, ele demonstrou

“suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações (...). E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração (...) de ativos e conhecidos agentes do comunismo. (...) Ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países (...).”<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> Idem, n° 277, 16 a 29 de novembro de 1961, p. 12.

<sup>61</sup> Argelina Figueiredo, op. cit., pp. 26-38.

<sup>62</sup> Wilson Vargas, “Brasília-Goiânia: boataria, trincheiras e articulações”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., pp. 216-219.

<sup>63</sup> Argelina Figueiredo, op. cit., pp. 36-38.

<sup>64</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31-08-61, p. 2. A citação seguinte é da mesma fonte.

Permitir que, por meio de Goulart, assumissem o poder “agentes da desordem e da desunião e da anarquia” seria incentivar o país a mergulhar no caos e na luta civil. O Brasil, assim, viveria

“um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos (...), ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social (...)”.

Por fim, lembrando que o povo brasileiro é cristão, ordeiro e patriota, os três ministros garantiram que as Forças Armadas permaneceriam serenas e decididas à manutenção da ordem pública. Contudo, por mais que argumentassem, os ministros militares pareciam não convencer. O *Correio da Manhã*, com o título “DITADURA”, assim avaliou o texto:

“Lemos o manifesto dos ministros militares, coagindo o Congresso. É o golpe abolindo o regime republicano no Brasil. É a ditadura militar. Agora, a responsabilidade por tudo que acontecer ao Brasil é de: Odilo Denys, Silvio Heck, Grum Moss”<sup>65</sup>.

Em resposta ao manifesto dos ministros militares, Brizola foi mais enfático:

“Posso garantir que o primeiro tiro a ser disparado não será nosso. No segundo, porém, não erraremos o alvo, pois somos bons atiradores”<sup>66</sup>.

Como em um drama teatral, os atores militares imaginavam um cenário pouco convincente ao público. Estabelecido unicamente pela força, diz Balandier, o poder teria uma existência constantemente ameaçada; baseado exclusivamente na razão, sua credibilidade seria frágil. Nem pela violência direta nem pela justificação racional, o poder “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”.<sup>67</sup> Por mais que se esforçassem em representar a melhor ordem social para o país e, ao mesmo tempo, informar à sociedade sobre os perigos de Goulart no poder, os ministros militares perdiam cada vez mais a capacidade de manejar os símbolos que garantiam a legitimidade do poder. Nos jornais, editorialistas atacavam duramente a cúpula militar. *Última Hora*, por exemplo, exigia que o Congresso reconduzisse as Forças Armadas à disciplina, pois não era possível o país continuar exposto aos impulsos temperamentais de alguns militares irresponsáveis:

“O ministro da Guerra não concorda com as deliberações do Presidente da República, o da Marinha não aceita as decisões do Congresso, o da Aeronáutica se insurge contra a opinião pública (...)”<sup>68</sup>.

Ainda segundo o mesmo jornal, “a paciência tem limites”. Que os três ministros fossem mandados para casa, mas, em vez de vestirem pijamas, que usassem biquínis. Desmoralizados na imprensa, os ministros militares ainda sofriam

<sup>65</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31-08-61, 1ª página.

<sup>66</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31-08-61, p. 4.

<sup>67</sup> Georges Balandier, op. cit., p. 7.

<sup>68</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 06-09-61, p. 3.

com a insubordinação de seus comandados. No dia 5 de setembro, estavam detidos no navio Custódio de Melo vários oficiais da FAB por rebeldia, entre eles um brigadeiro, quatro coronéis, sete tenentes-coronéis, oito majores, dois capitães e um segundo-tenente.

Carlos Lacerda, por sua vez, conheceu os mais violentos ataques da imprensa carioca. Para os editores do *Correio da Manhã*,

“esse homem, tido por inteligente pelos que confunde inteligência e verborragia, só foi sempre mestre em uma profissão: mentir e caluniar”<sup>69</sup>.

Ao sofrer de “dissociação de personalidade”, Carlos Lacerda, segundo o jornal, pela hipocrisia e malignidade de seus atos “acaba de incendiar o país”. Estava na hora, ainda afirmou o *Correio da Manhã*, de Lacerda descer da tribuna e subir no tribunal, “como réu”.

O Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado da Guanabara enviou à Associação Interamericana de Imprensa uma nota pedindo a expulsão de Lacerda da entidade. Ao atuar no governo do Estado de maneira ilegal e intolerante, o órgão patronal o acusou de impor severa censura aos jornais, apreender edições inteiras e mandar a polícia invadir redações e oficinas<sup>70</sup>.

Nas ruas do Rio de Janeiro, os ministros militares e Carlos Lacerda não encontravam a menor credibilidade. No dia 1º de setembro, um comício pró-legalidade, organizado por partidos políticos, entidades profissionais e sindicatos, foi realizado na Praça Tiradentes. Vários trabalhadores tiveram acesso ao microfone e quando alguém pronunciava os nomes dos ministros, qualificados de “traidores”, e o do governador, logo eram ouvidos vaias e apupos. Um dos oradores, o advogado Rivadávia Correia Maia, garantiu que o país retornaria à normalidade pois “cada Lacerda tem o seu Brizola”<sup>71</sup>.

### ***Parlamentarismo e conciliação***

No dia 31 de agosto, o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevidéu. Nesse momento, já se negociava a emenda do parlamentarismo. Tancredo Neves, na capital uruguaia, pactuava a “saída honrosa” para os ministros militares. Questionado pelos jornalistas, Jango afirmou que, como presidente constitucional, preferia silenciar e que caberia ao Congresso Nacional dar a palavra final<sup>72</sup>. Na madrugada do mesmo dia, o Congresso aprovou a emenda parlamentar por 233 votos contra 55.

Ao chegar a Porto Alegre, Goulart foi saudado por mais de 50 mil pessoas na Praça da Matriz. Após um breve e superficial pronunciamento na sacada do Palácio Piratini, ele retirou-se para negociações políticas. Embora a multidão

<sup>69</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31-08-61, p. 6.

<sup>70</sup> Idem, 1ª página. Assinaram o documento os diretores dos *Diários Associados*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Manchete*, *Luta Democrática*, *A Notícia*, *O Dia*, *Gazeta de Notícias*, *Publicidade e Negócios*, *Vida Doméstica*, *A Noite* e *Diário Carioca*. Vale observar a ausência do jornal *O Globo*.

<sup>71</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02-09-61, p. 2.

<sup>72</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 1º-09-61, pp. 89-90.

exigisse sua presença, ele não retornou. Após insistentes pedidos, a população, decepcionada, começou a vaiá-lo<sup>73</sup>. Entre entrevistas com jornalistas e conversações com Brizola, Jango mostrava-se ambíguo e reticente. Ao declarar os motivos que o levaram a aceitar a emenda parlamentar, afirmou que a medida unificaria as Forças Armadas e evitaria maiores sofrimentos ao povo, restituindo-lhe a liberdade ameaçada<sup>74</sup>.

Algo, sem dúvida, soava estranho para aqueles que se expuseram a tantos perigos para garantir sua posse. Odilon López, na época ator, lembra que quando Jango visitou o “porão da legalidade”, onde se improvisou o estúdio radiofônico, os jornalistas fizeram um *corredor polonês* e ficaram de costas para ele. De acordo com sua sensibilidade,

“apesar de Brizola ter planos, até, de transformar aviões comerciais da Varig em aviões de guerra, ter o povo e a Brigada Militar dispostos para a luta, o sr. João Goulart preferiu evitar o derramamento de sangue”<sup>75</sup>.

No dia seguinte à aprovação da emenda parlamentar, Brizola, pela Rede da Legalidade, após declarar que a mudança do regime não poderia ser decidida em 24 horas, e votada de madrugada, denunciou o processo, a seu ver, espúrio:

“O Congresso Brasileiro encontra-se sob coação militar. O Brasil está praticamente em estado de sítio. (...) No Rio de Janeiro, existem milhares de presos. A imprensa censurada, o rádio censurado, com inúmeras emissoras suspensas. (...) O Congresso se encontra prisioneiro do poder militar, coagido pelos ministros militares”<sup>76</sup>.

A chegada de Goulart em Porto Alegre comprovou que a resistência democrática e os perigos enfrentados não foram inúteis. No entanto, rapidamente o sentimento popular se transformou: da alegria inicial pela vitória, dúvidas e incertezas se apoderaram da população. Embora o parlamentarismo tivesse sido aprovado, Brizola ainda resistia com o apoio popular. Era preciso que Jango se pronunciasse - o que não acontecia. Atravessando a madrugada do dia 2 para o dia 3, os manifestantes esperaram qualquer mensagem do presidente, uma nota nos jornais, uma declaração nas rádios, um discurso no Palácio. O silêncio, no entanto, incomodava a todos. “Os governantes”, diz Balandier, “gostam do segredo, o que é às vezes justificado pela razão de Estado; e os governados sabem que ‘algumas coisas lhes são ocultadas’”<sup>77</sup>. Ao amanhecer, a multidão rumou para o Palácio Piratini e, lá, encontrou milhares de outras pessoas, entre impacientes e indignadas. Por mais que o chamassem, mesmo com insistência, Jango não aparecia na sacada do Palácio. O silêncio, aos poucos, transformou a indignação em revolta. Com impaciência, alguém, da multidão, gritou: “arranquem as faixas”. Rapidamente, todas as faixas e cartazes foram amontoados e, como ato de rebeldia, queimados. Durante uma hora oradores falaram, de maneira contundente, contra o parlamentarismo e a moderação do presidente. Todos, na verdade, ainda esperavam

<sup>73</sup> Marfisa Simon. “Rádio da legalidade”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p.131.

<sup>74</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 04-09-61, 2ª edição, p. 9.

<sup>75</sup> Odilon López, “Movidos pelo carisma de um revolucionário”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., p. 192.

<sup>76</sup> *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 02-09-61, p. 3.

<sup>77</sup> Georges Balandier, op. cit., p. 13.

que Jango se aproximasse das janelas do Piratini. Cansados, abandonaram a Praça da Matriz e foram para suas casas.

Nada mais havia a fazer. Goulart, pelo menos aparentemente, acataria a fórmula parlamentarista. Segundo Argelina Figueiredo, Jango aceitara a mudança do regime para evitar a guerra civil, mas também porque não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República. Os ministros militares, sabedores de seu próprio isolamento político, perceberam que a solução negociada dar-lhes-ia uma “saída honrosa”. A ala legalista das Forças Armadas, por sua vez, mesmo desconfiada de Goulart, discordava das medidas de força dos ministros, acatando, assim, a solução intermediária.

Com a decisão de Jango de aceitar o regime de gabinete, a decepção popular, sobretudo no Rio Grande do Sul, foi imediata. Em Caxias do Sul, líderes sindicais, que, com grande esforço, mobilizaram a população nos Comitês de Resistência Democrática, passaram do entusiasmo à frieza. Um deles, Bruno Segalla, declarou que

“a aprovação do sistema parlamentarista fortaleceu ainda mais as posições imperialistas de grupos estrangeiros no país, no momento atual. Legalizaram o golpismo com a opressão estrangeira. No entanto, poderíamos tê-los destruído. O povo estava pronto para isso”<sup>78</sup>.

Em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Passo Fundo, as reações foram as mesmas: comitês fechados, indignação de líderes sindicais e decepção da população.

No Rio de Janeiro, contudo, o clima foi outro. No dia 5, à tarde, quando as rádios noticiaram que Goulart estava viajando para Brasília, dos edifícios das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas começaram a chover papel picado e serpentinas. Na sede do Sindicato dos Bancários, líderes sindicais, utilizando auto-falantes, convidavam o povo a participar da festa pela vitória da democracia. Nas ruas centrais da cidade, automóveis enfeitados davam um colorido especial à festa. No entanto, a Comissão Intersindical agiu com cautela. Segundo os sindicalistas, somente com a efetiva posse de Goulart portuários, ferroviários, marítimos e operários dos estaleiros voltariam ao trabalho<sup>79</sup>.

No Rio de Janeiro, nem todos participaram da festa popular. Carlos Lacerda demonstrou profundo descontentamento não apenas com o parlamentarismo, mas com a própria posse de Goulart. Segundo suas idéias, a opinião pública foi chantageada com a ilusória ameaça de guerra civil e envolvida por uma tremenda propaganda que, muito bem articulada, desfigurou as intenções justas e legítimas dos chefes militares. A crise, alegou, tinha que ser examinada pelo aspecto da defesa da democracia e da segurança nacional, defendendo o país do comunismo, e não, como fez a opinião pública, pela perspectiva estreita e formal da legalidade. Embora os chefes militares cedessem e concilhassem, o Congresso golpeou a Constituição e o regime para entregar o poder

<sup>78</sup> *Última Hora*. Citado em Norberto da Silveira, op.cit., pp. 220-221.

<sup>79</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 06.09.61, p. 2.



“a um homem que representa tudo o que há de pior, de conspiração com os comunistas, da corrupção dos Institutos de Previdência ao conluio com os inimigos da liberdade e do Brasil, o Congresso golpeou a Constituição”<sup>80</sup>.

Em seu argumento, Lacerda afirma não se tratar de “esquerda” ou de “direita”, mas, como alegaram os ministros militares, da democracia ou do comunismo. O Brasil, a partir desse momento, iria se atrelar à China e à Rússia comunistas. Finalizando, o governador advertiu:

“Os dias que se aproximam serão de injustiças, de suspeitas, de injúrias e de calúnias contra os que defenderam a Constituição (...). Dias muitos graves se preparam com essa posse.”

### ***Rumo a 1964***

Ao reconstituir os acontecimentos de agosto e setembro de 1961 no Brasil, o historiador se depara com parcelas significativas da sociedade imbuídas de algumas certezas, entre elas a necessidade da manutenção da legalidade democrática. Nos partidos políticos, sindicatos e igrejas, entre estudantes, intelectuais e associações de profissionais liberais e de capitalistas, nas facções das Forças Armadas e na imprensa, entre diversos outros grupos sociais e instituições políticas, havia os que recusaram qualquer solução para a crise que não a da legalidade e a da democracia. A intransigência pela saída legal incentivou, inclusive, que setores da população, sobretudo trabalhadores e estudantes, aceitassem com entusiasmo a convocação de líderes políticos, como Leonel Brizola e Mauro Borges, para a resistência armada. Os patrocinadores do golpe, como os ministros militares e Carlos Lacerda, não apenas sofreram ataques e acusações provenientes de diversos setores sociais, como também foram objeto de insultos e chacotas nos meios de comunicação. Qualquer tentativa de golpe, em 1961, não encontraria o menor respaldo político e, sobretudo, social. Se levado adiante, com um custo altíssimo, os embates deixariam a dimensão política para atuar no campo das armas.

No entanto, é intrigante que, menos de três anos depois, em março de 1964, a sociedade brasileira tenha assistido, sem maiores reações ou protestos, para não dizer paralisada, a marcha de tanques vindos de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Se abandonarmos as interpretações que denunciam a todo-poderosa conspiração direitista-imperialista ou as que ressaltam os inelutáveis fatores estruturais econômico-políticos, é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceito a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse além dela.

Logo após a posse de Goulart, os jovens estudantes Alcy Cheuiche e Paulo, que há pouco tinham participado com entusiasmo dos acontecimentos na Praça da Matriz e no Mata-borrão, retornavam às suas cidades por trem. Decepcionado, Alcy perguntou ao amigo:

---

<sup>80</sup> *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 04-09-61, p. 1 e 05-09-61, p.1. A citação seguinte é da mesma fonte.

“ - Dez dias sonhando em levar o Presidente Goulart até Brasília. Todos, estudantes, operários, de revólver na cintura. Nomes registrados no Mata-Borrão. O III Exército firme conosco. Na Brigada, nem se fala. O que foi que faltou?”<sup>81</sup>

A resposta de Paulo veio rápida:

“- O que faltou? O discurso de Jango.”

Para Alcy, aquelas cenas foram duras demais. O povo diante do Palácio, Goulart aparece na janela, acena e retorna.

“- São coisas que a gente até nem gosta de lembrar. O homem tão esperado não voltou mais à sacada. E o povo foi-se dispersando, já muitos falando no conchavo, na sujeira que fora tramada em Montevideú (...).”

- E o Brizola?”, perguntou Paulo.

“- Dizem que atirou um cinzeiro pesado no Jango.

- É o que dizem. Mas errou.”

Ao pararem em uma estação, os dois amigos desceram do trem e, aproveitando a noite, urinaram nos trilhos. Logo um jato de luz atingiu seus rostos e uma voz, com autoridade, exigiu a devida compostura. Paulo rapidamente sacou o revólver e, acompanhado por Alcy, reagiu:

“- Apaga essa merda!”

Após convencerem o funcionário ferroviário a deixá-los em paz, eles riram e refletiram sobre sua própria participação na Campanha da Legalidade. Segundo Alcy:

“- Rindo de nós mesmos, da cara assustada do guarda, da nossa Revolução da Legalidade, que acabara numa palhaçada. Afinal, para alguma coisa haviam servido as nossas armas”.

---

<sup>81</sup> Alcy Cheuiche, “O trem da fronteira”, *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. cit., pp. 41-43. As citações seguintes são das mesma fonte.